

**Ata de Reunião**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às treze horas, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram para 5ª Assembleia Geral Extraordinária de 2017, no auditório da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (Amvap), situada na Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, em Uberlândia/MG, para discutir os seguintes pontos da pauta, que foram encaminhados anteriormente a todos os membros:

**Item 01 - Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 - Apreciação e aprovação do relatório da CTOC acerca do processo de outorga nº 30370/2013, da requerente Salto FE Energética S.A.; Item 03 - Apreciação e aprovação da minuta do edital de Demanda Espontânea; Item 04 - Apresentação e aprovação da proposta para Programa Qualidade da Água, item 3.1, 3.2 e 3.4; Item 05 - Apresentação e aprovação da Avaliação do Cumprimento do Plano de Ações Estratégicas de 2017 (Deliberação Normativa nº 41/2012 do CERH); Item 06 - Apresentação e aprovação do Plano de Trabalho para 2018 (Deliberação Normativa nº 41/2012 do CERH); Item 07 - Aprovação do Projeto Águas Gerais; Item 08 - Apresentação do resultado do questionário de autoavaliação do CBH Araguari; Item 09 - Entrega de Certificados aos membros do CBH; Item 10 - Outros assuntos.**

Membros presentes: Bruno Neto de Ávila, Hideraldo Buch, Alberto José de Almeida, Marinho Martins Severino Segundo, Bruno Gonçalves dos Santos, Reginaldo José de Oliveira, Matheus Castro Oliveira, Jaime Leandro Raymundo, Guilherme Coelho Melazo, Thiago Alves do Nascimento, Maria Lúcia F.C. Campos, William Pereira Rodrigues, Geraldo Magela Mendes, Ivone Aparecida Borges, Luiz Humberto de Freitas Souza, Maria Martins Pedrosa, Maurício Marques Scalon, Antônio Geraldo de Oliveira, Michael Sinclair Rodrigues, Cláudio Júnio Leocádio, Gustavo Bernardino Malacco da Silva, Luiz Henrique Martins, Sylvio Luiz Andreozzi, Gabriela Silva Paula, João Eduardo Della Torres Ferreira, Fernando Antônio Abdalla.

Convidados: Ana Carolina Mocchi (ABHA), Arlene Cortês Rocha (PCH SALTO), Adriana Maria da Silva (ABHA), Dominique Domingos (ABHA), Felipe Pena (PCH SALTO), Wesley



30 da Silva (Curupira), Natália de Andrade Nunes (Bióloga), André Luiz (Curupira), Isabelle  
31 Damasceno (Sociedade Civil), Dayane de Paula (SUPRAM TMAP), Cleiton da Silva  
32 Oliveira (SUPRAM TMAP), Joana M. S. Silva (SUPRAM TMAP), Ariane A. Lima  
33 (SUPRAM TMAP), Juliana Oliveira Jardim (UNIUBE Eng. Ambiental), Leonardo Rodrigues  
34 (ROCHAS), Douglas Abrahão de Oliveira (TRILHAS INTERPRETATIVAS), João Paulo H.  
35 Faria (COMUNIDADE), Rubens Yoshimoto (Sociedade Civil), Lúcio Alanys (Sociedade  
36 Civil), Almar Marques (CCU), Rodrigo Dias Amato (Ray Ambiental), Angelo Henrique dos  
37 Santos (Canoísta).

38 Inscrição: Arlene Cortes Rocha (PCH Salto), Felipe Fiochi Pena (PCH Salto), Melinda R.  
39 Souza (PCH Salto), Luiz Henrique (PCH Salto), Cristiane O. Paula (SUPRAM TMAP),  
40 Wesley da Silva (Curupira), Douglas Abrahão de Oliveira (TRILHAS  
41 INTERPRETATIVAS). No **item 01** da pauta, após a verificação do quórum, o Presidente  
42 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari), Thiago Alves do  
43 Nascimento, inicia a reunião agradecendo a presença de todos. No **item 02**, conforme o  
44 Regimento Interno as inscrições são encerradas, totalizando sete inscritos cidadãos da  
45 sociedade que têm direito a voz e não têm direito a voto, tendo cinco minutos para que  
46 cada um possa falar. O Coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança  
47 (CTOC), Michael Sinclair, coloca que o processo de outorga nº 30370/2013 foi  
48 protocolado no CBH no dia 17 de novembro, Sinclair apresenta o Relatório Técnico  
49 elaborado pela Câmara Técnica, expõe que foram realizadas três reuniões, coloca que foi  
50 acatado as condicionantes sugeridas no parecer técnico do processo de outorga emitido  
51 pela SUPRAM. O representante da Superintendência Regional de Meio Ambiente e  
52 Desenvolvimento Sustentável (SUPRAM), Bruno Neto de Ávila, sugere acrescentar à  
53 condicionante quatro, restringir o diagnóstico às áreas diretamente afetadas pelo  
54 empreendimento em um primeiro momento, caso haja necessidade de ampliação do  
55 estudo para o restante da Bacia. O representante da PCH Salto FE, Luiz Henrique,  
56 explica detalhadamente o histórico e contexto social e econômico do projeto. A  
57 representante da PCH Salto FE, Arlene Rocha, apresenta-se à plenária e explica  
58 detalhadamente a DRDH, o processo de outorga de reserva hídrica para fins de geração





59 de energia. O representante da PCH Salto FE, Felipe Pena, expõe que no processo de  
60 DRDH há verificação se existe disponibilidade hídrica para a viabilidade do  
61 empreendimento e que a regularização ambiental do empreendimento implica em  
62 outorga, processo de licenciamento, licença prévia, licença de instalação e operação. Diz  
63 que estão iniciando a regularização do empreendimento e que há um longo caminho a ser  
64 percorrido pelo empreendedor. Afirma que as condicionantes técnicas constam no  
65 parecer da SUPRAM. Comenta sobre as condicionantes que foram colocadas pela CTOC  
66 que são relacionadas ao processo de licenciamento e que o empreendedor não se  
67 abstém de cumprir e que ele já começou a executar algumas dessas condicionantes. Lê  
68 as condicionantes. O Secretário do CBH Araguari Luiz Humberto expõe que a fala para  
69 será aberta que se inscreveram o e terão 5 minutos para se manifestarem e  
70 posteriormente para os conselheiros. O representante da Associação para a Gestão  
71 Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ), Gustavo Malacco, expõe que tem uma  
72 apresentação e gostaria de falar antes dos inscritos e talvez algumas das questões  
73 abordadas poderão ser utilizadas por eles e que da mesma forma que o empreendedor  
74 teve o espaço para falar. Freitas questiona se a plenária se opõe e não há manifestações  
75 contrárias. Gustavo salienta que como conselheiro da CTOC gostaria de fazer um  
76 contraponto do entendimento equivocado que ficou que o Comitê não pode deferir um  
77 processo e que isso não é assim. Expõe que quanto a PCH Piedade não importa se o  
78 procedimento era diferente, alguém concedeu a outorga; que o estado sabia dos  
79 problemas das áreas de conflitos e alguém negligenciou esses dados. Cometa alguns  
80 artigos da lei e faz a apresentação destacando alguns pontos do Plano Diretor do  
81 Paranaíba e mostra o mapa com os conflitos. Luiz Humberto pergunta se mais algum  
82 conselheiro gostaria de fazer alguma exposição. Passa a palavra para o representante da  
83 Curupira Wesley Silva que salienta que existe a pratica de lazer e turismo em toda  
84 extensão do Rio Claro e que há várias empresas trabalhando nesse rio. Expõe que viu  
85 andorinhões através do rapel na cachoeira do Salto e que existe a prática de outras  
86 atividades, sem mais para o momento agradece. O representante da TRILHAS  
87 INTERPRETATIVAS, Douglas Abrahão de Oliveira diz que a preocupação maior é com a



88 minoria, com as empresas de turismo que vêm crescendo exponencialmente e que essas  
89 estão sendo impactadas e esquecidas em vários empreendimentos no Brasil. O  
90 representante João Paulo, expõe que o Rio Claro é o ápice deles onde operam  
91 comercialmente em todo o trecho. Afirma que o vídeo que foi apresentado foi editado e  
92 não mostrou os 4 minutos posteriores que são os 7 km das corredeiras impactadas e  
93 principalmente a mais importante de todos, a cachoeira de Salto, o Canoísta Ângelo  
94 salienta que rema desde os 13 anos de idade e vê os rios do Brasil sumindo por causa  
95 das hidrelétricas, que não entende como que alguém pode destruir os lugares bonitos e  
96 que poucas pessoas terão oportunidade de conhecer as cachoeiras. Afirma que estão  
97 perdendo as cachoeiras por causa das hidrelétricas, pois essas destroem o habitat e que  
98 não vê como energia limpa. Afirma também que essa hidrelétrica vai ser impactante no  
99 Triângulo Mineiro e que ele defende a natureza. João Paulo afirma que geram renda  
100 dentro desse trecho e que estão sendo desconsiderados nos estudos. A representante da  
101 Salto FE, Melinda R. Souza, esclarece a todos que o vídeo apresentado não foi editado,  
102 na verdade, ele foi cortado no início por questão de tempo e não foi cortado no final,  
103 também em relação aos impactos que a atividade de turismo causa nesses locais. Expõe  
104 que há um estudo publicado pelo professor Giacomini que relata a compactação do solo,  
105 a presença intensa de lixo nesses locais, entre outros impactos na vegetação no entorno  
106 das cachoeiras. Afirma que realmente gera renda, mas que tem que se analisar esses  
107 impactos que essa atividade causa e analisar as questões do pato mergulhão. O  
108 representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas  
109 (FONASC), Maurício Scalon, inicia a fala com muita tristeza por saber que nada que  
110 discutiram no Comitê deram valor. Afirma que essa situação já aconteceu anteriormente e  
111 que no final das contas a decisão foi tomada por forças ocultas ou de forças que não são  
112 tão ocultas, mas que resolvem pelo Comitê. Afirma que mais uma vez vale o poder  
113 econômico e que há outras matrizes energéticas menos impactantes; que verá mais uma  
114 vez outro rio que será destruído em função de quem quer ganhar dinheiro e que poderia  
115 fazer mais coisas com menos impactos e mais resolutivos. O membro representante da  
116 Prefeitura Municipal de Indianópolis, Reginaldo José de Oliveira diz que, infelizmente, os





117 estudos ambientais são pautados em dados secundários. Afirma que não se pesquisa  
118 nada, não se usa os centros tecnológicos, as universidades; que quando vem o mapa,  
119 esses usam dados secundários e que a escala não se serve. Questiona onde estão os  
120 estudos e porque não se busca essas informações. Coloca que infelizmente, o Comitê é  
121 utilizado para homologar um processo que não desencadeia ali dentro, que o processo de  
122 licenciamento é feito dentro da SUPRAM. Expõe que a sociedade precisa saber qual é o  
123 papel do Comitê e que colocar condicionantes não significa que serão cumpridas, pois  
124 não há fiscalização e que mais do que colocar condicionantes é necessário que se torne  
125 ação efetiva. Expõe que cada vez mais empreendimentos estão acontecendo sem  
126 estudos e que precisa sim de desenvolvimento, mas que há outras matrizes energéticas  
127 que não são discutidas porque têm um custo elevado, também que essas discussões não  
128 vêm à tona, porque todos se omitem e que é preciso discutir. O membro representante da  
129 Ambiente e Educação Interativa (AMEDI), Antônio Geraldo salienta que se preocupa com  
130 essas situações, que daqui a um tempo, o Comitê deverá decidir prioridade de outorga. O  
131 membro representante do Consórcio Capim Branco de Energia (CCBE), Guilherme  
132 Coelho Melazo, expõe que entende que o âmbito do Comitê tem como papel avaliar  
133 questões relacionadas, especialmente, à outorga e que foi apresentado até o momento,  
134 as condicionantes são de licenciamento e não foram aprofundadas discussões referentes  
135 a garantia de vazão instituída, estudo de outorga. Afirma que dá muita ênfase às questões  
136 dadas sobre licenciamento e que devem discutir questões do estudo ambiental. Afirma  
137 que se se deve focar em avaliar o estudo de outorga e que a questão do licenciamento  
138 está mais relacionada a SUPRAM. O membro representante da Universidade Federal de  
139 Uberlândia (UFU), Sylvio Luiz Andreozzi, convida Isabel, aluna de graduação e pós-  
140 graduação da UFU, para falar. Isabel afirma que a legislação está trabalhando para  
141 facilitar as condições dos empreendedores: diminuindo encargos, facilitando  
142 licenciamentos e afirma que todos estão cumprindo seu papel: o empreendedor ganha  
143 dinheiro, o órgão ambiental se limita ao que a legislação fala e a sociedade civil, muitas  
144 vezes, não tem a oportunidade de se pronunciar. Questiona o quanto o diálogo sobre o  
145 assunto é retrógrado e não considera as vontades da sociedade civil e o desenvolvimento



146 sustentável. Afirma que segundo a Avaliação Ambiental Integrada chegamos ao uso de  
147 84% da capacidade hidrográfica do Rio Araguari e pede que o Comitê reflita sobre esses  
148 limites. Sylvio (UFU) pede paciência e diz que esteve na Reunião Estadual de Recursos  
149 Hídricos e afirma que foi repetido diversas vezes que o Conselho Estadual de Recursos  
150 Hídricos não pode se pronunciar sobre licenciamento ambiental. Segundo a legislação, o  
151 sistema prevê que a integração entre Meio Ambiente e Recursos Hídricos sejam geridos  
152 de forma integrada. Coloca que entende que o papel da Câmara Técnica é verificar se os  
153 procedimentos dos processos estão sendo realizados de forma correta e se está  
154 embasado tecnicamente para ser apresentada na Plenária, uma discussão política sobre  
155 o assunto. Ressalta a necessidade de termos um sistema com informações de qualidade.  
156 Explica que autorização de Reserva de Disponibilidade Hídrica implica em atividades a  
157 montante e que se garantirmos ao investidor que ele receberá no seu ponto de entrada a  
158 quantia mínima que ele tem como garantia, se alguém pretende utilizar mais água não irá  
159 poder. Afirma que existem questões políticas sobre a implantação de PCHs. Questiona o  
160 investimento em PCHs que ficam meses parados. Ressalta que as questões que devem  
161 ser discutidas não são sobre a outorga técnica, mas que devem ser levantadas as  
162 responsabilidades do Comitê e afirma ainda que o Comitê tem competência estabelecida  
163 em lei para determinar sobre a Política de Uso de Recursos Hídricos e que é um direito do  
164 mesmo negar outorga se assim decidir pelo bem da Bacia. Andreozzi expõe que a  
165 questão que deve ser discutida é que o Comitê tem o direito de interferir na decisão da  
166 liberação de outorga sim, caso contrário, o CBH seria algo apenas ilusório e que as  
167 decisões devem ser tomadas de forma democrática dentro do Comitê. Malacco afirma  
168 que está na lei e que a legislação deve ser seguida, sem exceção. Afirma que, mais uma  
169 vez, está sendo feito a entrega de uma disponibilidade hídrica sem o Comitê  
170 posteriormente deliberar sobre a outorga desse empreendimento, o que é absurdo.  
171 Questiona sobre os impactos futuros e os resultados rasos e incompletos que não levam  
172 em consideração os pontos assegurados pela legislação. Afirma que o comitê está se  
173 limitando a coisas frias. Malacco sugere aos conselheiros que aprove as condicionantes  
174 para serem avaliadas no licenciamento ambiental depois da outorga, sendo o mínimo que

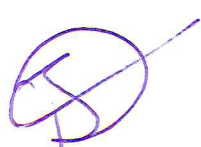





175 o Comitê pode fazer, já que ele deveria receber esses estudos antes do processo de  
176 outorga. Fala também sobre o turismo predatório, afirma que as pessoas que estão  
177 reivindicando são profissionais que exercem seu trabalho de forma segura. O membro  
178 representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Leocádio manifesta-se  
179 no sentido de direcionar o trabalho para que se atenham à legalidade, questiona a  
180 SUPRAM como que fica o posicionamento do empreendedor neste cenário. O  
181 representante da APROGEO TRIALTO, Fernando Antônio Abdalla, ressalta a importância  
182 de que o foco do que será deliberado seja mantido. Afirma que está transparecida uma  
183 crise de identidade interna. Além disso, ressalta que é impossível ignorar aquilo que está  
184 previsto na lei e que assim que os trabalhos devem ser conduzidos. Bruno de Ávila  
185 (SUPRAM) refuta a fala dos conselheiros sobre o trabalho desenvolvido pela SUPRAM,  
186 afirma que esse é um passo que o empreendedor vai dar no processo de licenciamento  
187 dele e garante que o trabalho desenvolvido pela SUPRAM é sério e de qualidade. Pede  
188 respeito a outros órgãos envolvidos no processo e defende os profissionais que fazem  
189 parte da SUPRAM. Em relação ao tema discutido, os poderes que cabem ao Comitê,  
190 ressalta que uma deliberação de outorga é algo relativamente pequeno perto de tudo que  
191 o CBH deve discutir, pede aproximação entre todos os segmentos. Expõe que o tempo  
192 que se perde discutindo sobre isso é um tempo que deveria ser usado para que as  
193 discussões sejam mais proveitosas. Cita que a DRDH é o único procedimento exclusivo  
194 que existe para empreendimentos hidrelétricos, é um ponto que precisa ser discutido  
195 posteriormente o melhoramento desses procedimentos, mas afirma que hoje é o  
196 procedimento utilizado. Ressalta o fato de que a DRDH não é o único procedimento  
197 levado em consideração para que seja instalado a hidrelétrica, serão levados em conta  
198 outros estudos que levam em consideração fauna, flora e vários outros. Afirma que o  
199 comitê precisa ter mais foco nas suas discussões e que existe um tempo perdido  
200 considerável. Bruno comenta que teve conversas com o Malacco e alguns  
201 empreendedores sobre alguns pontos que fazem partes dos processos e onde serão  
202 pontuados dentro do processo, como o Turismo, levando em conta todos os impactos da  
203 liberação de um empreendimento desse porte. Coloca-se a disposição para retiradas de



204 dúvidas e colocações. Sylvio salienta que tanto tempo discutindo esse mesmo assunto já  
205 é sintoma de que o Comitê não tem certeza do que pode ou não pode fazer. Expõe que  
206 não há uma integração e que algumas coisas ficam represadas e que os setores não têm  
207 condição de colocar isso no devido tempo e lugar. Ressalta que concorda com o Bruno  
208 (SUPRAM) e que as colocações demonstram que o sistema ainda não amadureceu. Diz  
209 que o Comitê está em um processo de aprendizado, também é necessário entender que é  
210 um fórum político e a legislação não está atendendo a todas as manifestações que a  
211 sociedade necessita que ainda não haja competências definidas, não há empoderamento.  
212 O presidente abre espaço para encaminhamentos. Malacco expõe que toda informação  
213 discutida no Comitê é usada pela SUPRAM na análise de processo de outorga e  
214 licenciamento. Coloca que gostaria que fosse aberto um adendo da condicionante dez e  
215 que tem uma proposição diferente em relação a essa condicionante. A proposta é que o  
216 empreendedor deverá comprovar se a vazão residual garantirá a manutenção do sistema  
217 aquático terrestre do trecho, isto é, ele deverá apresentar antes. Cristiane (SUPRAM) diz  
218 que concorda com essa alteração da condicionante. Bruno (SUPRAM) lê redação padrão  
219 para ver se atende o que Malacco quer propor. Malacco expõe que só faltou colocar  
220 outros organismos independentes de ambientes aquáticos. A analista Ambiental da  
221 SUPRAM, Cristiane expõe que foi colocada durante a reunião da CTOC as sugestões que  
222 poderiam ser colocadas para processo de licenciamento ambiental e que elas não podem  
223 ficar como condicionantes de processo de outorga, porque senão elas deveriam ser  
224 encaminhadas ao Comitê para analisar e que esse não analisa condicionantes, então isso  
225 deve ser alterado, pois ficou claro na reunião. Nascimento expõe que todo  
226 encaminhamento que sai do Comitê são sugestões para o processo de licenciamento  
227 ambiental, também ressalta que as contribuições foram encerradas e que é uma questão  
228 de formalidade uma vez que existe o parecer técnico, tanto da CTOC quanto da ABHA.  
229 Assim foi colocado o Parecer Técnico da CTOC para aprovação, sendo aprovado. Michel  
230 Sinclair expõe sobre a condicionante dez e pede a Malacco que mostre a proposta. Foi  
231 realizada a alteração da condicionante conforme proposto pela plenária e colocado em  
232 votação, tendo quatro abstenções: FONASC, SUPRAM, COPASA e UFU, em um voto,





233 contrário do CCBE. Foi aprovada a modificação da condicionante que descreve Bacia do  
234 Rio Claro para Baixo Rio Claro, tendo quatro abstenções: FONASC, AMEDI e Prefeitura  
235 de Santa Juliana e SEMAD. Colocada em votação a inclusão, sendo aprovada com duas  
236 abstenções: FONASC e AMEDI. No **item 05** da pauta, a assessora de comunicação do  
237 CBH Araguari, Priscilla Rocha, expõe as obrigações do Comitê no fim do ano, sendo uma  
238 delas a avaliação do cumprimento do Plano de Ações Estratégicas de 2017. Questiona se  
239 há alguma observação quanto ao documento. O membro representante do Sindicato  
240 Rural de Iraí de Minas, Paulo Alves Cardoso pede que seja enviado novamente à  
241 Prefeitura de Iraí de Minas e Sindicato de Iraí de Minas. Rocha afirma que o mesmo já foi  
242 enviado em anexo juntamente ao e-mail de convocação, entretanto irá reencaminha-lo  
243 conforme solicitado. A avaliação de Plano de Ações Estratégicas de 2017 é aprovada.  
244 Rocha expõe também o Plano de Trabalho para 2018 que foi enviado por e-mail e  
245 pergunta se há alguma observação quanto a esse documento. O Plano de Trabalho para  
246 2018 é aprovado. No **item 03**, Andreozzi expõe sobre o edital de Demanda Espontânea e  
247 explica que quem apresenta o projeto não executa o mesmo, expõe que a demanda vem  
248 de qualquer um dos setores que apresenta o projeto se o projeto for julgado pelo Comitê  
249 que atende os requisitos apresentados na seleção, o Comitê através da ABHA faz a  
250 contratação da execução do projeto e entrega o produto no final. A representante do  
251 Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba (CODAU), Ivone  
252 Borges, questiona se a licitação é feita somente pela ABHA ou se o Comitê irá dar 10%  
253 de contrapartida e poderá licitar e contratar o terceirizado. Andreozzi ressalta que a ABHA  
254 irá administrar 90% e que os 10% poderão ser feitos em prestação de serviço, trabalho e  
255 equipamento. A contratação do projeto é feita pela ABHA. Expõe sobre as regras do edital  
256 e diz que é importante lembrar que as ações de educação ambiental não podem ser  
257 apresentadas como únicas. O projeto não contempla projetos de educação ambiental.  
258 Expõe também sobre as linhas temáticas e fala especificamente sobre Água e  
259 Saneamento que tem um edital específico, pois os recursos no Edital de Demanda  
260 Espontânea são reduzidos, porque o montante no edital específico é mais elevado. Diz  
261 que tentou simplificar ao máximo o projeto para apresentação e que a ideia é tornar o



262 fluxo mais rápido, menos burocrático, tudo muito sintético, pois o projeto executivo será  
263 parte do serviço prestado. Bruno (SUPRAM) questiona se os 10% podem ser  
264 contrapartida do próprio projeto. Andreozzi afirma que pode e que é contrapartida  
265 financeira. Nascimento diz que a ideia era fazer obra, mas entenderam que há muitas  
266 ações que podem ser melhoradas antes das obras acontecerem. Malacco pergunta a  
267 Sylvio como ficou a questão da contrapartida para o terceiro setor. Andreozzi diz que está  
268 aberto. Malacco também questiona a questão da autenticação dos documentos.  
269 Andreozzi diz que teve a informação de que o Governo Federal dispensou a autenticação  
270 de documentos quando se apresenta o original. Ana Mocci, Analista Ambiental Técnica  
271 da ABHA, diz que no edital está exposto que é necessário apresentar o projeto em cópia  
272 autenticada. O Diretor Presidente da ABHA – Gestão de Águas, Sergio Leal salienta que  
273 ainda não há setor jurídico na ABHA, ressalta que após a análise do anteprojeto e  
274 aprovação desses projetos sejam solicitados os documentos autenticados e considera os  
275 gastos com esse processo como contrapartida, ou dispensa conforme legislação  
276 específica. Malacco sugere que o estado ateste que a instituição está em dia com o  
277 governo estadual através do CAGED. Andreozzi analisa os documentos pedidos no edital  
278 e afirma que o CAGED não substituiu todos os documentos solicitados. Leal reafirma que  
279 a equipe técnica existente na ABHA não consegue transformar os anteprojetos e que por  
280 isso será contratada uma empresa para elaborar os projetos que serão vistoriados pela  
281 ABHA. Sem mais contribuições neste item. Minuta é aprovada. **Item 04** - Sylvio agradece  
282 formalmente a equipe da ABHA e o auxílio à Câmara Técnica. Apresenta o Edital para  
283 demandas de saneamento. Andreozzi agradece Luiz Humberto pela sua contribuição.  
284 Apresenta que há um volume significativo de verba para ser usada em projetos de  
285 saneamento, agora é o momento para concretizar os planos municipais que foram criados  
286 e financiados pelo CBH Araguari. Foram selecionados sete municípios, com menos de 20  
287 mil habitantes e baixas condições financeiras e menor corpo técnico para investimento  
288 nesse setor. Além desse corte demográfico, foram criadas que esses municípios devem  
289 cumprir, ou seja, não será passado para etapa 2 caso não tenham finalizado a fase 1. A  
290 primeira etapa é a apresentação de cadastro do município, para que assim o cenário seja





291 conhecido em sua realidade. Foi identificado que nenhum desses municípios tem  
292 cadastro técnico de redes e mapeamento digital. A partir daí, serão identificados quem  
293 precisa de rede de água, de esgoto e pluvial para estabelecimento de ETE e ETA. Agora  
294 será lançado o primeiro Edital para contratação de empresa para elaboração do cadastro  
295 técnico de redes e mapeamento digital para os municípios que manifestarem o interesse.  
296 Lembra que esses produtos estarão integrados com o Sistema de Informações  
297 Geográficas (SIG). Apresenta o projeto do edital, a contratação de uma empresa ou  
298 várias empresas que poderão atender um ou vários municípios. Após o cadastro, serão  
299 lançados os próximos editais. Assim que concluído esse grupo de municípios, serão feitos  
300 novos grupos. **Item 7** - Analista Ambiental Técnica da ABHA, Polyanna Duarte, apresenta  
301 o projeto que se refere ao passivo de outorgas da SUPRAM, projeto oriundo do Termo  
302 Compromisso Positivo (TCP), assinado em agosto de 2017 com Ministério Público, com  
303 intuito de fortalecer a gestão de recursos hídricos. São cerca de 2500 processos de  
304 emissão/renovação de outorga que precisam ser finalizados. O projeto consiste na  
305 contratação de doze estagiários de nível superior para auxiliar a área responsável da  
306 SUPRAM. O projeto é uma ação desenvolvida entre CBH Araguari, ABHA, SEMAD,  
307 Ministério Público e FUNEPU. O valor estimado de desembolso para esse projeto engloba  
308 remuneração dos estagiários, professor, despesas administrativas, resultando num valor  
309 estimado de R\$ 151.710. O Acordo de Cooperação já foi elaborado e aprovado pela  
310 SEMAD, a negociação com a Fundação de Apoio Universitário (FAU) está em  
311 andamento. A contratação está prevista para janeiro e a data para que eles comecem a  
312 atuar é fevereiro, podendo ser antecipada. Nascimento reafirma que essa ação é  
313 continuidade do termo já assinado. Projeto é aprovado com unanimidade. Leal agradece  
314 formalmente ao professor Sylvio que conseguiu uma taxa de administração reduzida, à  
315 administração da SEMAD que já providenciou estrutura para receber esses estagiários e  
316 ao Ministério Público. Bruno (SEMAD) agradece e diz que o projeto é visto com ótimos  
317 olhos. **Item 8** - Priscilla (ABHA) afirma que todos receberam o questionário que avalia a  
318 atuação do Comitê. Foram obtidas 28 respostas. As categorias avaliadas tiveram uma  
319 meta de "bom". Total de média de 3.8. Nascimento afirma que serão retomados os grupos



320 de acompanhamento e continuar cobrando a Agência. Aprovado. **Item 09** - Nascimento  
321 agradece e reafirma que a gestão fez todo esforço para garantir o andamento do Comitê.  
322 **Item 10** -. Alves convida para o Seminário de Integração do CBH Paranaíba e afirma que  
323 é importante a participação de todos. Malacco, expõe sobre a Integração e salienta sobre  
324 ter eventos simultâneos. Manifesta-se sobre a questão da AMVAP e solicita que seja  
325 verificar outro lugar para as reuniões do Comitê e comenta que ficou sabendo pela  
326 direção do IGAM, que a FIEMG entrou com um recurso em relação à aplicação de uma  
327 entidade no processo eleitoral de usuários. O processo é atemporal, aponta também que  
328 em nenhum momento do processo eleitoral foi apontado nenhum questionamento.  
329 Malacco afirma que caso o IGAM defira o pedido, entrará com o mandato de segurança  
330 no processo e isso poderá interferir no processo eleitoral do IGAM. Afirma também que o  
331 IGAM já foi informado formalmente. Nascimento explana que a intenção era um  
332 questionamento sobre a apresentação da outorga e que o edital precisa sim ter melhorias.  
333 Malacco coloca que a regra tem que ser a mesma para todos, reafirma que pesca, lazer e  
334 turismo não precisa de outorga. Thiago afirma que torce para que haja o melhor  
335 entendimento. Nada mais a tratar nessa data, encerro esta ata, Camila Rodrigues Kalil,  
336 constando que a Lista de Presença anexa é parte integrante deste documento.

